



NOVA FRIBURGO

DECISÃO DA JUSTIÇA EXIGE O CUMPRIMENTO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Data de Publicação: 13 de julho de 2020

Câmara municipal deverá criar um calendário com datas específicas para cada ato relacionado ao rito procedural.

A Justiça do Rio de Janeiro concedeu, na terça-feira, dia 30 de junho, liminar favorável ao prefeito de Nova Friburgo, Renato Bravo, proibindo a Câmara de Vereadores do município de votar as contas do Executivo relativas ao ano de 2018. A votação iria ocorrer na quinta-feira, 2 de Julho. A alegação, no pedido feito à Justiça, é de que a Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação e Planejamento, responsável pelo andamento do processo, deu tramitação sumária e sigilosa além de não observar as formalidades regimentais, sendo sua “tramitação a toque de caixa para a desaprovação das contas”.

Na última sexta-feira, 10, o desembargador Eduardo Gusmão Alves de Brito Neto, da 16ª Câmara Cível, derrubou a liminar que interrompia o processo de apreciação das contas da prefeitura.

Indagado sobre o tema em questão, o senhor procurador geral do município, Dr. Ulisses da Gama disse que, “ao contrário do que imaginaram aqueles mandatários que desejam julgar por julgar as contas da gestão do Prefeito Renato Bravo - sem adotar o indispensável devido processo legal-, o que fez o nobre relator desembargador foi um julgamento do agravo, perante o TJRJ, para obrigar-los a seguir um rito procedural que assegure, de forma plena e concreta, o indispensável processo legal composto de defesa prévia, juntada de documentos, pareceres técnicos orçamentários, oitiva de testemunhas e defesa de mérito, acompanhada de sustentação oral em plenário.”

O procurador geral do município reafirma que todas as garantias constitucionais deverão ser atendidas plenamente, sob pena de não valer o procedimento que não obedeça essas regras estabelecidas na decisão do Tribunal de Justiça.

“Em linhas gerais, pode-se até mesmo afirmar que os pretendentes, que queriam julgar as contas de gestão ao seu bel prazer, acabaram obtendo uma vitória de pirro. Pois o Tribunal de Justiça, no final das contas, dando cumprimento ao que estabelece a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional, criou um rito procedural que terá que ser seguido à risca. Fatalmente, o presidente da comissão de finanças, a mesa diretora ou mesmo o presidente da Câmara municipal, deverá criar um calendário com datas específicas para cada ato relacionado ao rito procedural,

que envolve o devido processo legal e as suas etapas de defesas. Se assim não o fizer, estará a própria Câmara desobedecendo os ditames legais jurídicos fixados na decisão monocrática, proferida pelo Desembargador relator, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Se quaisquer dessas etapas - que são imprescindíveis perante o devido processo legal que tem que se instaurar para que haja um julgamento justo, adequado e constitucional das contas de gestão do senhor prefeito-, não forem obedecidas por qualquer membro da Câmara, fatalmente a nulidade será alegada oportunamente". Finalizou